



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO
Aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos e de máquinas, pertencentes à frota municipal, e de veículos pertencentes a órgãos conveniados.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 132/2022
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022
ESTE EDITAL CONTÉM ITENS RESERVADOS A MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI).

O MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS, por sua Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 20.356.754/0001-96, sediada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, nesta cidade, CEP 35.495-000, representado pelo Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta nesta Prefeitura, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM, objetivando a aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos e de máquinas, pertencentes à frota municipal, e de veículos pertencentes a órgãos conveniados, que será regida pela Lei Nacional nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal nº 1.323, de 09 de maio de 2006, pelo Decreto Municipal 2.371 de 26 de fevereiro de 2016 e pelo Decreto Municipal nº 2.564, de 23 de abril de 2018, pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis à espécie, observado o contido neste Edital.

1- DAS REPARTIÇÕES INTERESSADAS

1.1. As repartições interessadas na presente licitação são as seguintes: Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



Educação, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transporte; Polícia Civil; e Polícia Militar.

2- DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento se dará de forma parcelada.

3- DO PRAZO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1- A sessão do certame será realizada no dia, horário e no local seguintes:

Data: 25 de agosto de 2022.

Horário: às 8 horas (horário de Brasília/DF)

Local: Sala do Setor de Licitações da Prefeitura de São Brás do Suaçuí, localizada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, 3º pavimento, Centro, São Brás do Suaçuí - MG.

4- DO CREDENCIAMENTO E DO INÍCIO DOS TRABALHOS DE JULGAMENTO:

4.1- A sessão do certame será realizada no dia, horário e no local seguintes:

Data: 25 de agosto de 2022.

Horário: às 8 horas e 05 minutos (horário de Brasília/DF)

Local: Sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, localizada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, 3º pavimento, Centro, São Brás do Suaçuí - MG.

5- DO OBJETO

5.1- O objeto do presente certame é a aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos e de máquinas - pertencentes à frota municipal, e de veículos pertencentes a órgãos conveniados, em conformidade com as especificações constantes do **Anexo IX** deste Edital denominado **TERMO DE REFERÊNCIA**.



5.2- Este procedimento licitatório contém itens reservados à ME, EPP ou MEI, conforme indicado na Planilha 01, constante do **Anexo IX** deste instrumento convocatório, em atendimento ao disposto no artigo 47 c/c o inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.3- Os itens constantes da Planilha 01 são exclusivos às empresas enquadradas como ME, EPP ou MEI, sem prejuízo da sua participação nos itens da Planilha 02 (ampla concorrência).

5.4- As empresas que atenderem aos requisitos deste Edital, mas não se enquadrarem como ME, EPP ou MEI, poderão lançar propostas de preços somente para planilha 02 constantes do **Anexo IX**.

6- DO PROCESSAMENTO

6.1- O processamento deste Pregão será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 04 de 03 de janeiro de 2022, ou por outra, vigente à época.

7- DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1- Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

7.2- As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus anexos, que dele fazem parte indissociável.

8- DA PARTICIPAÇÃO

8.1- Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, inclusive as empresas enquadradas como ME, EPP ou MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



8.2- Não poderá participar desta licitação pessoa jurídica:

- a)** suspensão ou impedida de licitar ou contratar com o Município de São Brás do Suaçuí;
- b)** declarada inidônea para licitar ou contratar com o Município de São Brás do Suaçuí;
- c)** em consórcio;
- d)** com falência decretada;
- e)** que explore ramo diverso do objeto licitado.

f) cujos sócios administradores ou diretores pertençam, simultaneamente a mais de uma empresa licitante, salvo se estiver presente à sessão o sócio administrador ou diretor que assinou a documentação e este optar por uma das empresas, para participar do presente procedimento licitatório;

- g)** impedida de contratar ou licitar com o Estado de Minas Gerais.

8.3- Também não poderá participar desta licitação servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.4- A observância das vedações do subitem anterior é de responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

8.4- A participação da licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste Edital e nos seus anexos, bem como das normas legais que disciplinam a matéria.

8.5- Participarão da sessão do pregão presencial os representantes dos licitantes efetivamente credenciados.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



9- DO CREDENCIAMENTO

9.1- No dia, hora e local designados no Edital, a interessada ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento junto ao Pregoeiro.

9.2- A licitante deverá apresentar os documentos para credenciamento em envelope, fechado, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Credenciamento

Pregão nº 41/2022

Nome do licitante

9.2.1- No envelope de credenciamento deverão constar os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o instrumento de constituição da empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. **(Contrato Social ou documento equivalente);**

b) tratando-se de credenciado para atuar somente neste Pregão, documento de credenciamento, conforme **Anexo I** deste edital **acompanhado do documento que comprove os poderes do outorgante para o credenciamento. (Contrato Social ou documento equivalente);**

c) tratando-se de procurador, a procuração da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **acompanhado do documento que comprove os poderes do outorgante para a outorga. (Contrato Social ou documento equivalente);**

d) Cópia de documento de identificação oficial com foto e do CPF do representante legal, credenciado ou do procurador;



e) declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de conhecimento das condições estabelecidas neste Edital, de acordo com modelo estabelecido no **Anexo II** deste Edital;

f) o licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como ME, EPP ou MEI, na forma dos artigos 3º e 18 da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME, EPP ou MEI por meio de declaração conforme modelo que consta do **Anexo III** e apresentá-la junto com a documentação constante do envelope 01- CREDENCIAMENTO.

9.3- O representante legal, o credenciado ou o procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação.

9.4- A ausência do credenciado, qualquer momento da sessão, sem autorização do Pregoeiro importará na imediata exclusão – da licitante por ele representada – da fase de lances verbais, mantendo-se sua proposta escrita.

9.5- Será admitido até dois representantes para cada licitante credenciada sendo vedado a eles representar mais de uma credenciada.

9.6- Ocorrendo fato imprevisível, que impossibilite a presença do credenciado durante a sessão deste pregão, o pregoeiro poderá autorizar a sua substituição, desde que o substituto porte os documentos exigidos para o credenciamento.

9.7- A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de conhecimento das condições deste Edital é condição indispensável para recebimento dos envelopes de propostas e habilitação e a consequente participação no certame.

9.8- O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.



9.9- O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

9.10- Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

9.11- Caso os documentos para Credenciamento não sejam apresentados dentro de um envelope, os mesmos serão aceitos, não caracterizando tal forma motivo para descredenciamento da empresa.

9.12- O Credenciado, quando autorizado pelo Credenciador, poderá exercer todos os atos em nome do licitante, inclusive assinar documentos.

9.13- **O Pregoeiro e a Equipe de apoio, no ato do credenciamento, farão consulta à lista de fornecedores impedidos de licitar ou contratar com o Estado de Minas Gerais, ocasião na qual será emitida e juntada aos autos, a certidão negativa junto ao CAFIMP, e caso seja caso de impedimento, a empresa não será credenciada.**

10- DA PROPOSTA

10.1- A licitante deverá apresentar a proposta de preços em envelope fechado e indevassável, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 2 – Proposta

Pregão nº 41/2022

Nome do licitante

10.2- A proposta de preço, em modelo padrão de acordo com o Anexo IV deste Edital, deverá conter os seguintes elementos:

a) a identificação da licitante, indicando a razão social, o CNPJ, endereço, cidade/estado, CEP, telefone e e-mail;



b) número do procedimento licitatório e deste Pregão;

c) preço unitário do item, preço total por item e o preço total da proposta, em moeda corrente nacional, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;

d) prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, sendo considerado este o prazo, nos casos em que inexistir a menção na proposta da licitante.

10.3- A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado do licitante ou com carimbo da referida empresa, datilografada, digitada ou até mesmo manuscrita em linguagem clara, em uma única via, ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal ou procurador devidamente constituído, e deverá ainda obedecer às demais exigências e especificações deste Edital, bem como as recomendações citadas nesta cláusula.

10.4- Caso a proposta não esteja assinada e estando presente o representante legal da licitante ou seu procurador, será permitida a assinatura na proposta, validando-a.

10.5- Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o fornecimento objeto da presente licitação.

10.6- Não será admitida proposta que não atenda a todos os requisitos do Item cotado no **Anexo IX** deste Edital.

10.7- Não serão aceitas propostas e documentação entregues fora do prazo.

10.8- Decorridos 90 (noventa) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

10.9- Toda a especificação estabelecida para o objeto será expressamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.



10.10- O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

10.11- O comparativo dos preços será pelo valor unitário do item.

10.12- Depois de aberto o envelope contendo a proposta, é vedada a desistência da mesma, salvo por fato excepcional reconhecido pelo Pregoeiro.

10.13- Havendo divergência entre o preço unitário do item, o preço total do item e preço total da proposta, será considerado o preço unitário do item.

10.14- Todos os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país, com duas casas após a vírgula, sendo desprezadas as casas superiores a duas, todos os numerais deverão estar grafados em algarismos arábicos.

10.15- A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

10.16- Não será admitida proposta inferior à quantidade prevista neste Edital.

10.17- Serão desclassificadas as propostas apresentadas em desacordo com os termos deste Edital, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou cotação de zero e baseados em ofertas das demais licitantes.

10.18- Para participar da fase de lances referente às duas planilhas, as ME, EPP e MEI deverão lançar proposta para ambas as planilhas, nos itens de interesse da empresa.

10.19- As empresas que não se enquadrarem como ME, EPP e MEI poderão lançar propostas de preços somente para planilha 02.

11- DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



11.1- A licitante deverá apresentar os documentos para habilitação em envelope fechado e indevassável, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 3 – Habilitação

Pregão nº 41/2022

Nome do licitante

11.2- No envelope de habilitação deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, com situação cadastral ATIVA;

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



b) Certidão Negativa de Débito relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, ou positiva com efeito de negativa em validade, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02 de outubro de 2014 (válida também para efeitos previdenciários), em validade;

c) Prova de regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, em validade;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda do Município sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, em validade;

e) Certificado de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em validade;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em validade.

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo Cartório do Distribuidor da sede da licitante, em plena validade, por meio do sítio eletrônico.

IV - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, de que não está infringindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição da República, conforme **Anexo V** deste Edital;

b) Declaração subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de fatos impeditivos para a sua participação em processos licitatórios promovidos pelo município de São Brás do Suaçuí, conforme **Anexo VI** deste Edital.



11.3- Sob a pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;

c) se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da **matriz** e da **filial**, **simultaneamente**;

d) serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

11.4- Os documentos porventura apresentados na fase de credenciamento não necessitarão ser apresentados na fase de habilitação, salvo se estiverem com data de validade vencida ou se houver alteração dos dados da licitante.

11.5- Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias, imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

11.6- Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio ou, ainda, por documento extraído eletronicamente via Internet.

11.7- A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer no caso de a Comissão, vir tomar conhecimento do fato que desabone a idoneidade da licitante que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



11.8- Os documentos apresentados em papel “fac-símile” (FAX), não serão desconsiderados pela Comissão.

12- DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

12.1- No dia, horário e no local indicados neste Edital, será aberta a sessão de processamento deste Pregão Presencial para Registro de Preços, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos, ocasião em que a licitação será processada e julgada em consonância com a legislação do preâmbulo deste Edital, com itens reservados às ME, EPP ou MEI, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

12.2- Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e não serão admitidos novos participantes no certame.

12.3- A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que não atenderem plenamente ao exigido no **Anexo IX**.

12.4- A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

- a) apresentarem quantidades divergentes do Item cotado, conforme **Anexo IX**;
- b) não contiverem o preço unitário do item e o preço total do item;
- c) não contiverem a marca do material ofertado;
- d) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições estabelecidos neste Edital;



e) que apresentarem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;

f) com preços fora de mercado;

12.5- Nos casos de divergência entre valor unitário do item e valor total do item prevalecerá o preço unitário do item.

12.6- Para fins de julgamento serão desprezadas as casas decimais que excedam a duas nos valores constantes da proposta.

12.7- Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

12.8- As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superior àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);

c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;

d) se houver apenas uma proposta, desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor de mercado, esta poderá ser aceita;

e) as empresas que atenderem aos requisitos deste Edital, mas não se enquadrarem como ME, EPP ou MEI, não poderão lançar propostas de preços para os itens constantes da Planilha 01;

f) as empresas enquadradas como ME, EPP ou MEI poderão lançar propostas para ambas as planilhas.



12.9- Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do item.

12.10- O Pregoeiro convidará individualmente os representantes das autoras das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir da autora da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

12.11- A aplicação do valor do lance incidirá sobre o preço unitário do item.

12.12- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do seu último preço, para efeito de posterior ordenação das propostas.

12.13- Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME, MEI ou EPP, e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no artigo 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

12.14- A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa desistirem da formulação de lances.

12.15- O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, visando à redução do preço.

12.16- Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.17- A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.



12.18- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

12.19- A validade dos documentos que se referem à Regularidade Fiscal e Trabalhista serão confirmadas via internet pelo Pregoeiro, se possível, devendo as confirmações serem anexadas aos autos do processo.

12.20- A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da confirmação.

12.21- Ocorrendo essa indisponibilidade a confirmação poderá ser verificada posteriormente.

12.22- Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.23- Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o representante da sua autora, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

12.24- A ausência do credenciado durante a fase de lances importará na sua renúncia ao oferecimento de lances, sendo acatado o último lance ofertado ou preço apresentado na proposta de preços.

12.25- O procedimento e o julgamento, ainda observarão o seguinte:

12.25.1- Para os itens de ampla concorrência – Planilha 02:

12.25.1.1- Em caso de empate ficto, nos termos de Lei Complementar nº 123/2006, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para a ME, EPP ou MEI, cuja proposta seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada no



final dos lances do pregão, quando ainda será concedido o benefício para a empresa ME, EPP ou MEI melhor classificada.

12.25.1.2- Para efeito do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

12.25.1.2.1- encerrada a etapa de lances, o licitante enquadrado como ME, EPP ou MEI melhor classificado será convocado para apresentar na proposta, inferior à de menor preço;

12.25.1.2.2- em caso de apresentação da nova proposta, na forma do subitem 12.25.1.2.1, será examinada a aceitabilidade da proposta e os requisitos de habilitação;

12.25.1.2.3- não sendo apresentada nova proposta, na forma do subitem 12.25.1.2.2, ou não ocorrendo à contratação, serão convocadas as ME, EPP ou MEI remanescentes que porventura se enquadrarem na situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

12.25.1.2.4- no caso de igualdade dos valores apresentados pelas ME, EPP ou MEI, dentro da margem do empate ficto, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de apresentar nova proposta;

12.25.1.2.5- o direito de preferência previsto no item 12.25.1.2.4 somente se aplicará quando o valor final não tiver sido apresentado por ME, EPP ou MEI;

12.25.1.2.6- não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou MEI na forma do subitem anterior, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, após o cumprimento dos requisitos de aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação da licitante.

12.25.2- Para os itens reservados a ME, EPP ou MEI – Planilha 01:

12.25.2.1- somente poderão lançar propostas de preços para a Planilha 01, as ME, EPP ou MEI, em atendimento aos Artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006;



12.25.2.2- não havendo nenhuma ME, EPP ou MEI interessados em lançar propostas para a Planilha 01, tais itens serão dados como fracassados;

12.25.2.3- a disputa será em igualdade de condições, não existindo empate ficto entre ME, EPP e MEI.

12.26- Dos procedimentos gerais para o julgamento:

12.26.1- declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

12.26.2- em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá aceita;

12.26.3- apurada a melhor proposta que atende ao Edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido melhor preço;

12.26.4- sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

12.26.5- constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto proposto;

12.26.6- se a proposta não for aceita ou a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e sua qualificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto.

12.27- O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.



12.28- Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

12.29- A Administração Pública poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, por meio de ofício ou mediante provocação de terceiro, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93 alterada pela Lei nº 8.863/94, não gerando obrigação por parte da contratante em indenizar, ressalvando o disposto no parágrafo único do artigo 59 do mesmo diploma legal.

12.30- Não sendo apregoado todo o objeto da presente licitação no dia da sua abertura o pregoeiro designará nova data para continuação dos trabalhos.

12.31- O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

13- DAS MICROEMPRESAS, DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

13.1- Às ME, EPP e MEI que participarem deste certame será dispensado tratamento diferenciado, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, a saber:

13.1.1 - elas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

13.1.2 - havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro e Equipe de Apoio, para a regularização da documentação com a apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;



13.1.3 - a prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;

13.1.4 - entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos;

13.1.5 - a não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.2- No tocante ao julgamento e à fase de lances dos itens destinados à ampla concorrência (Planilha 02):

13.2.1 - é assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

13.2.2 - entende-se por empate, para os efeitos do inciso anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

13.2.3- para efeito do disposto nos incisos 13.2.1 e 13.2.2, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a ME, EPP ou MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da ME, EPP ou MEI, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do inciso 13.2.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



13.2.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, EPP ou MEI que se encontrem no intervalo estabelecido no inciso 13.2.1 e 13.2.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.2.5 - O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME, EPP ou MEI.

13.2.6 - A ME, EPP ou MEI mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

14- DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1- No final da sessão, o representante da licitante que desejar recorrer, deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de fazê-lo, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

14.2- Tanto as razões recursais quanto as contrarrazões deverão ser protocoladas junto ao Pregoeiro, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, localizado na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, 3º pavimento, de segunda a sexta feira (exceto feriados) de 08 às 11 horas e de 13 às 16 horas.

14.3- Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

14.4- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto do certame à licitante vencedora.

14.5- O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



14.6- O recurso será apreciado pelo Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

14.7- Não serão conhecidas as razões ou contrarrazões recursais enviadas por fax, e-mail e/ou intempestivos.

14.8- A ausência de manifestação imediata e motivada do representante da licitante importará:

- a) na decadência do direito de recurso;
- b) na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora;
- c) no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

14.9- A adjudicação será feita por item.

15- DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1- A adjudicação do objeto deste certame significa tão somente o registro dos preços ofertados.

15.2- A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, ficando assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência em igualdade de condições.

15.3- O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a contratação por meio de licitação específica.

15.4- Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



15.5- É vedada o fornecimento dos materiais por preço superior ao cotado pela detentora do Registro de Preços.

15.6- Uma vez registrados os preços, a Administração poderá convocar a detentora do Registro de Preços a fornecer os materiais, objeto desta licitação, na forma e condições estabelecidas neste Edital e no contrato de fornecimento.

15.7- Encerrado este procedimento licitatório, será celebrado entre a Administração e a licitante adjudicatária o contrato de fornecimento.

15.8- Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar o seu detentor para cumprir as obrigações decorrentes desta licitação e do Contrato de Fornecimento, que será celebrado entre as partes, observado o seguinte procedimento:

15.8.1- para cada fornecimento, a Prefeitura emitirá a Nota de Empenho e a Autorização de Fornecimento, entregando uma via ao detentor do Registro de Preços para fornecer os materiais ora solicitado;

15.8.2- a Nota de Empenho e a Autorização de Fornecimento serão consideradas partes integrantes do Contrato de Fornecimento.

16- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1- Homologada esta licitação, será lavrada a Ata de Registro de Preços (**Anexo VII**) deste Edital, antecedente ao Contrato de Fornecimento (**Anexo VIII**), destinado a subsidiar o Sistema de Controle do Registro de Preços e que conterà, além de número de ordem em série anual, o seguinte:

a) número deste Pregão e do procedimento administrativo respectivo;

b) descrição e especificação do objeto do Registro de Preços;



- c) qualificação do detentor do Registro de Preços e nome do representante legal;
- d) preços ofertados pela adjudicatária;
- e) prazo pactuado para o fornecimento.

16.2- A Ata de Registro de Preços será lavrada em três vias, devendo uma, ser entregue ao detentor do Registro de Preços.

17- DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1- A Ata de Registro de Preços decorrente deste certame terá validade de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, inadmitida sua prorrogação.

18- DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

18.1- Encerrados os trabalhos desta licitação e lavrada a Ata respectiva, será assinado entre o Município de São Brás do Suaçuí e a adjudicatária, o Contrato de Fornecimento, nos termos e condições deste Edital e cuja minuta é parte deste instrumento – **Anexo VIII**.

18.2- O Contrato de Fornecimento deverá ser firmado pelo representante legal da adjudicatária.

18.4- A adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente.

18.5- O prazo de assinatura do contrato fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso pela adjudicatária desde que haja motivo justificado aceito pela Administração.

18.6- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente previstas, sem prejuízo das demais sanções legais.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



18.7- Na ocorrência da hipótese prevista no subitem anterior, o fato em si constituirá inadimplência, podendo o objeto da licitação ser adjudicado à segunda colocada, a exclusivo critério da Administração, desde que ela aceite os preços cotados pela primeira.

18.8- O Contrato de Fornecimento a ser celebrado reger-se-á pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19- DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO E DOS PRAZOS PARA RETIRADA DE DOCUMENTOS:

19.1- O Setor de Compras do CONTRATANTE, durante a vigência do contrato a ser firmado, expedirá a Autorização de Fornecimento que, depois de emitida, será entregue à CONTRATADA para o fornecimento dos materiais, obedecidas as disposições no edital do Pregão Presencial 41/2022 e seus Anexos.

19.2- A Nota de Empenho e a Autorização de Fornecimento são os documentos hábeis para aperfeiçoar o CONTRATO e conterão:

- a)** as especificações dos materiais;
- b)** o prazo de fornecimento dos materiais;
- c)** o valor total a ser pago pelos materiais;
- d)** o prazo de pagamento.

19.3- Não será admitida o fornecimento pela CONTRATADA sem prévia emissão da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento.

19.4- A CONTRATADA terá os seguintes prazos:



I – 02 (dois) dias úteis para retirada da Nota de Empenho e da respectiva Autorização de Fornecimento, contadas da assinatura do respectivo contrato;

II – a partir de então, fica a Contratada responsável pela realização de todas as providências necessárias para o fornecimento dos materiais, em conformidade com as especificações e condições do Anexo IX deste Edital e da respectiva Autorização de Fornecimento;

19.5- O abastecimento dos veículos deverá ser feito dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí, a fim de se evitar deslocamentos desnecessários dos veículos e diante da impossibilidade de trânsito de máquinas pesadas nas rodovias, acarretando, com isso, custos à Administração e demora na prestação do serviço de transporte.

19.6- A Contratada, ao fornecer os combustíveis à Administração Municipal, deverá obedecer a todas as normas que regem o seu fornecimento e fazê-lo em conformidade com as orientações da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

19.7- O abastecimento deverá ser feito no momento em que os veículos necessitarem do abastecimento e nas quantidades necessárias conforme demanda apontada pelo Setor de Transportes.

19.8- Quando se tratar de combustível, o procedimento de fornecimento será o seguinte:

19.9- A Prefeitura Municipal expedirá a ordem de fornecimento para o fornecedor;

19.10- O veículo ou máquina da Administração Municipal ou do órgão conveniado será conduzido até o estabelecimento do fornecedor e fará o abastecimento dos veículos e máquinas, desde que o estabelecimento do fornecedor esteja localizado dentro do Município de São Brás do Suaçuí.

19.11- No caso de o estabelecimento do fornecedor estar localizado fora dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí contratante, ficará por conta da contratada todos as despesas decorrentes do deslocamento dos veículos e das máquinas, para que seja feito o abastecimento dos mesmos.



19.12- O contratado, ao fornecer o combustível, poderá fazê-lo por meio de veículo equipado com tanque de abastecimento de veículos e máquinas, desde que a modalidade de abastecimento obedeça a todas as regras e parâmetros da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

19.13 - Nos preços propostos deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento inclusive frete, quando for o caso.

20- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

20.1- Os materiais serão provisoriamente recebidos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento, pelo responsável do Setor de Controle de Estoque da Prefeitura ou por servidor responsável da Secretaria ou Setor requerente ou por outro servidor responsável.

20.2- Por ocasião da entrega dos materiais, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

20.3- Constatadas irregularidades nos materiais, a Administração poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

20.4- Nas hipóteses de substituição ou complementação, a Contratada deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.

20.5- O recebimento definitivo dos materiais dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos materiais



recebidos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

21- DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA RETENÇÃO, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA, DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL.

21.1- DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

21.1.1 - Os pagamentos serão realizados no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal referente à quinzena imediatamente anterior e mediante documento fiscal.

21.1.2 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.

21.1.3- No momento do pagamento, serão feitas as retenções impostas pela legislação vigente, quando for o caso.

21.1.4- Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

21.1.4.1- na Tesouraria da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150 – 2º pavimento – Centro, de segunda a sexta feira, exceto feriados, no horário de 8:00 às 11:00 e de 12:30 às 16:00 horas;

21.1.4.2- mediante crédito em conta bancária indicada pela licitante adjudicatária desde que no Banco do Brasil S.A;

21.1.4.3- mediante emissão de boleto por parte da credora/contratada e encaminhado à Prefeitura Municipal para pagamento.



21.1.5- Constatadas irregularidades no fornecimento, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

21.1.6- Por ocasião do pagamento, deverá a contratada apresentar, em cada ato, as Certidões Negativas referentes ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho (CNDT), sendo que a não apresentação implicará na retenção do pagamento até que seja regularizada a situação da empresa perante os órgãos competentes.

21.2- DA RETENÇÃO

21.2.1- No momento do pagamento, serão feitas as retenções impostas pela legislação vigente.

21.3- DA CORREÇÃO MONETÁRIA

21.3.1- As faturas pagas com atraso sofrerão correção monetária de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, a partir do trigésimo dia de atraso.

21.4- DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

21.4.1- O cronograma de desembolso dos valores decorrentes das despesas se dará quinzenalmente, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros da Administração Pública.

22- DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

22.1- DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

22.1.1- Conforme o art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93, os valores do contrato a ser firmado poderão estar sujeitos à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



presentes as condições legais para tanto, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual, de acordo com o aumento dos mesmos, a ser comprovado por meio de planilhas de custos do item a ser revisado, comprovado por documentos que possibilitem reconhecimento do aumento, sendo que, para todos os efeitos legais, deverá ser formalizado um termo aditivo ao respectivo contrato no qual se atualizará os referidos valores.

22.1.2- A manutenção do equilíbrio econômico e financeiro se dará da seguinte forma:

22.1.2.1- a solicitação de revisão de preços deverá ser justificada e acompanhada de documentos e memória de cálculos que comprovem a necessidade de revisão;

22.1.2.2- não sendo aceito o pedido de revisão de preços, manter-se-á o valor da proposta ou o último revisado;

22.1.2.3- a revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no átrio da Prefeitura;

22.1.2.4- o pedido de revisão, enquanto não deferido, não isenta a contratada de dar continuidade às entregas nas condições anteriores;

22.1.2.5- o pedido de revisão será deliberado pelo Prefeito Municipal;

22.1.2.6- o percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento desta licitação e os prepostos pela contratada não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste contrato.

22.1.2.10- o preço encontrado após o estudo da viabilidade do equilíbrio deve ser compatível com os preços de mercado, o que se apurará pela média aritmética simples dos valores encontrados no mercado local, regional, nacional ou internacional, se for o caso;

22.1.2.11- O teto do valor a ser pago será sempre o menor obtido entre o valor requerido para a manutenção do equilíbrio econômico e a média aritmética simples encontrado, visando obter sempre o valor mais vantajoso para a Administração.



22.2- DO REAJUSTE DE PREÇOS

22.2.1- Em caso de renovação do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, a cada doze meses, contados da data de sua assinatura, utilizando-se, para o reajuste, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituir este Índice na vigência do contrato, devendo, para todos os efeitos legais, ser formalizado por meio de um Termo Aditivo ao respectivo contrato.

23- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1- As despesas decorrentes deste certame correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias e fontes, constantes da Lei nº 1.315 de 24 de novembro de 2021:

- 02.001.000.04.122.0202.2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito;
- 02.004.001.20.606.0221.2.053 – Manutenção das Atividades Agropecuárias;
- 02.004.002.17.512.0227.1.050 – Manutenção do Saneamento Básico Urbano;
- 02.004.002.18.541.0222.2.059 – Manutenção, Recuperação e Proteção Ambiental;
- 02.004.002.18.541.0222.2.082 – Implement. Coletiva Seletiva Resíduos Sólidos;
- 02.005.000.04.122.0201.2.009 – Manutenção das Atividades Administrativas;
- 02.005.000.04.122.0201.0.006 – Convênio com a Polícia Civil;
- 02.005.000.04.122.0201.0.007 – Convênio com a Polícia Militar;
- 02.006.002.27.812.0205.2.024 – Manutenção do Desporto, Lazer e Turismo;
- 02.007.002.12.361.0211.2.028 – Manutenção do Ensino Fundamental;
- 02.007.002.12.361.0207.2.030 – Manutenção Transp. Escolar – Ens. Fundamental;
- 02.007.001.12.365.0207.2.111 – Manutenção do Transporte Escolar – Creche;
- 02.007.001.12.365.0207.2.034 – Manutenção do Transporte Escolar Infantil;
- 02.008.001.10.301.0213.2.040 – Manutenção das Atividades Básicas de Saúde;
- 02.008.001.10.301.0214.2.043 – Manutenção do Programa Saúde da Família;
- 02.009.001.08.244.0230.2.073 – Manut Sec. Munic. Assist. Desenvolvimento Social;
- 02.009.002.14.243.0231.2.100 – Manutenção do Conselho Tutelar;
- 02.010.001.15.452.0224.2.066 – Manut, Limpeza e Conservação de Vias Públicas;
- 02.010.001.04.122.0201.2.062 – Man Setor Administrativo Secretaria de Obras;

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93



02.010.002.26.782.0228.2.070 – Manutenção das Estradas Vicinais.

Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

24- DAS SANÇÕES

24.1- Na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais, fica a Contratada sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, nos seguintes percentuais:

a) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor da ordem de compra, por ocorrência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de compra, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste contrato;

III- suspensão temporária de participação e licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo de até 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no penalidade referente à suspensão.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



24.2- Todas as multas poderão ser aplicadas cumulativamente na ocorrência das hipóteses que permitam a sua aplicação.

24.3- O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos pelo Município à contratada bem como da garantia oferecida.

24.4- Se o valor da multa for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a licitante contratada responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

24.5- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a Contratada de ser acionada judicialmente para responder pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos ao Município, decorrentes das infrações cometidas.

24.6- O valor da multa aplicada à Contratada, respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor do Município, ficando a Contratada obrigada a comprovar o pagamento mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

24.7- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês ou fração, inclusive referente ao mês da quitação do débito, limitando o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

25- DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.1- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

25.2- Constituem motivos para rescisão do contrato:

25.2.1 - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;



25.2.2 - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

25.2.3 - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

25.2.4 - o atraso injustificado no início do fornecimento;

25.2.5 - a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

25.2.6 - a cessão ou transferência total do contrato;

25.2.7 - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

25.2.8 - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei 8.666 de 1993;

25.2.9 - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

25.2.10 - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

25.2.11 - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

25.2.12 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

25.2.13 - a supressão, por parte da Administração, de serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666 de 1993;

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



25.2.14 - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

25.2.15 - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

25.2.16 – a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como nas fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

25.2.17- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

25.2.18 - o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666 de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

25.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.4- A rescisão do contrato poderá ser:

25.4.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

25.4.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



25.4.3 - judicial, nos termos da legislação.

25.5- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

26- DA IMPUGNAÇÃO

26.1- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a administração julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis.

26.2- Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data da sessão inaugural, impugnando as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

26.3- Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, desde que protocolizadas junto ao Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, na sede da Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, localizada na Avenida Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150 – centro - 3º pavimento, de segunda a sexta feira, exceto feriados, das 8 às 11 horas e de 13 às 16 horas, a partir da publicação do aviso do edital.

26.4- A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado.

26.5- A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante via fac-símile, e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

26.6- A petição, convenientemente fundamentada, será dirigida à autoridade subscritora deste instrumento.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



26.7- Será indeferida de plano a petição infundada ou que tenha por finalidade procrastinar o certame.

26.8- Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.

26.9- Deverá ser comprovado o poder de representação do signatário das impugnações aos termos do instrumento convocatório.

26.10- Não serão conhecidas as impugnações enviadas por fax, e-mail e/ou intempestivos.

27- DOS ANEXOS

27.1- Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

a) Anexo I – Modelo de carta de credenciamento;

Anexo II – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e de conhecimento das condições estabelecidas neste Edital, de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deste Edital;

b) ;

c) Anexo III – Modelo de Declaração de enquadramento como ME, EPP ou MEI;

d) Anexo IV – Modelo padrão de proposta de preço;

e) Anexo V – Modelo de declaração de que não está infringindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

f) Anexo VI – Modelo de declaração da inexistência de fato impeditivo da habilitação;

g) Anexo VII – Minuta de Ata de Registro de Preços;

h) Anexo VIII – Minuta de Contrato de Fornecimento;

i) Anexo IX - Termo de referência – descrição do objeto.

28- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor do interesse público e da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.



28.2- Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes presentes.

28.3- As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

28.4- Os documentos de habilitação e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes.

28.5- O resultado deste certame será divulgado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, localizado no átrio da Prefeitura Municipal e no site da Prefeitura Municipal (www.saobrasdosuacui.mg.gov.br).

28.6- Os demais atos atinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados da mesma forma que trata o inciso anterior.

28.7- Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes não adjudicatárias farão parte integrante do procedimento licitatório.

28.8- Não havendo possibilidade de pregoar todos os itens em um único dia, a sessão pública será encerrada e iniciada no mesmo horário e local, no dia seguinte ou em outro dia.

28.9- A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de São Brás do Suaçuí e será descredenciada no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

28.10- A Administração também se reserva ao direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, decorrente de interesse público ou de fato superveniente



devidamente comprovado, adiar, anular ou revogar a presente licitação, sem que isso represente para as empresas licitantes motivos para reclamações de qualquer natureza, bem como causas para que as mesmas pleiteiem qualquer tipo de indenização.

28.11- Os licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentado nas diversas fases do procedimento licitatório.

28.12- O Pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove qualquer fato que desabone a idoneidade, capacidade administrativa ou ausência de documentação exigida no presente Edital.

28.13- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

28.14- Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Entre Rios de Minas – MG.

São Brás do Suaçuí, 12 de agosto de 2022.

Geraldino Pacheco de Oliveira Filho
Prefeito Municipal

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar do a que se refere o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022, instaurado pela Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, MG, outorgando ao (à) referido (a) senhor (a) amplos poderes para representar a nossa empresa na sessão do Pregão, inclusive os de formular e assinar propostas, declarações e documentos, formular lances, negociar preço, renunciar à interposição de recursos de forma expressa, interpor recursos e desistir de sua interposição, assinar declarações, propostas, documentos, atas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, o que daremos por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2022.

(nome e assinatura do representante legal da empresa)
IDENTIDADE e CPF

->ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER EMITIDA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A LICITANTE.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PARA
HABILITAÇÃO E
DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL**

O abaixo assinado responsável pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na cidade de _____, com endereço na Rua _____ nº _____ – bairro _____ DECLARA, sob as penas da lei, que a referida empresa:

- 1) tem conhecimento de todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial para registro de preços nº 41/2022;
- 2) possui todos os documentos necessários ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022; e
- 3) tem condições de cumprir todas as especificações, condições e prazos contidos no Termo de Referência (Anexo IX) constante do referido procedimento licitatório, bem como as condições contidas nos demais Anexos referentes aos materiais ora licitada, sob pena das multas previstas no Edital do Pregão Presencial para registro de preços nº 41/2022, cujo objeto é a aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos e máquinas pertencentes à Frota Municipal e aos veículos pertencentes aos Órgãos Conveniados.

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo e assinatura do representante legal da empresa)

IDENTIDADE e CPF

Observação:

- ➔ **ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER EMITIDA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A LICITANTE.**

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP OU MEI

À Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____ - _____, na Rua _____, nº _____ - bairro _____, na qualidade de _____ (sócio, diretor, gerente, procurador ou proprietário) da Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na cidade de _____, estabelecida na Rua _____, nº _____ - bairro _____, DECLARO, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro que a mesma, na presente data, se enquadra como:

- () Microempresa, nos termos do artigo 3º, inciso I, da LC nº 123/2006.
- () Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º, inciso II, da LC nº 123/2006.
- () Microempreendedor Individual, nos termos do artigo 18-A, da LC nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da LC nº 123/2006, para fins de participação neste procedimento licitatório.

_____, _____ de _____ de 2022.

Nome Completo e Assinatura do Declarante
IDENTIDADE e CPF

➔ **ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER EMITIDA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A LICITANTE.**



ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

À Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí

PROPOSTA DE PREÇOS

Procedimento Licitatório: nº 132/2022

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022

Tipo: menor preço unitário por item

Licitante:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Planilha 01 – Itens exclusivos à participação de ME, EPP e MEI						
Item	Quant.	Unidade	Descrição do Objeto	Marca	Preço unitário do item (R\$)	Preço total do item (R\$)
1.						
2.						
3.						
4.						
Valor global da proposta R\$						

Planilha 02 – Itens destinados à Ampla Concorrência						
Item	Quant.	Unidade	Descrição do Objeto	Marca	Preço unitário do item (R\$)	Preço total do item (R\$)
1.						
2.						
3.						

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS



4.						
Valor global da proposta R\$						

Observações:

1- Nos preços estão inclusas todas as despesas que possam recair sobre o fornecimento, inclusive diretas e indiretas.

2- O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.

4- Declaramos que o fornecimento será feito de acordo com as Normas Legais da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

5 - Caso a licitante opte por receber mediante crédito em conta. Informar:

a) nome do banco:

b) número da agência:

c) número da conta:

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal
IDENTIDADE e CPF
Carimbo da empresa

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA

À Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí

Ref.: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na cidade de _____, estabelecida na Rua _____, nº _____ - bairro _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) do Documento de Identidade nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, _____ de _____ de 2022.

(nome completo e assinatura do representante legal)
IDENTIDADE e CPF

Observações:

I - esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante;

II - se a licitante possuir maiores de 14 (quatorze) anos e menores de 16 (dezesseis) anos na condição de aprendiz deverá declarar esta condição.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO**

O abaixo assinado, responsável pela empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, Inscrição Estadual nº....., sediada na cidade de, com endereço à Rua/Av., nº – bairro, DECLARA, sob as penas da lei, em obediência ao art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente procedimento licitatório, promovido pelo Município de São Brás do Suaçuí e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores que a inabilitem, a qualquer tempo do procedimento licitatório.

_____, _____ de _____ de 2022.

Nome e assinatura do declarante
IDENTIDADE e CPF

Observações:

ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER EMITIDA EM PAPEL QUE IDENTIFIQUE A LICITANTE.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022		Procedimento Licitatório nº 132/2022	
Gestor:		Data de abertura:	Data de Adjudicação:
Empresa detentora:		CNPJ:	
Endereço:			
Bairro	Cidade		CEP

Esta Ata de Registro de Preços credencia a empresa acima identificada a fornecer os seguintes materiais, pelo prazo de 12 (doze) meses:

Itens do vencedor da cota ME, EPP e MEI				
Item	Quant.	Unidade	Descrição do material	Valor unitário (R\$)
1.				
2.				
3.				
4.				

e/ou

Itens do vencedor de ampla concorrência				
Item	Quant.	Unidade	Descrição do material	Valor unitário (R\$)
1.				
2.				
3.				
4.				

Observações:

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



1- O fornecimento de combustíveis somente será fornecido mediante autorização expressa do Chefe de Compras ou do Chefe do Setor de Transportes, sendo vedado o abastecimento dos veículos sem essa autorização expressa.

2- O abastecimento dos veículos deverá ser feito dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí a fim de se evitar deslocamentos desnecessários dos veículos e diante da impossibilidade de trânsito de máquinas pesadas nas rodovias, acarretando, com isso, custos à Administração e demora na prestação de serviços de transporte.

3- A Contratada, ao fornecer os combustíveis à Administração Municipal, deverá obedecer a todas as normas que regem o seu fornecimento e fazê-lo em conformidade com as orientações da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

4- O abastecimento deverá ser feito no momento em que os veículos necessitarem do abastecimento e nas quantidades necessárias conforme demanda apontada pelo Setor de Transportes.

5- O procedimento para fornecimento de combustíveis será feito da forma seguinte:

6- a Prefeitura Municipal expedirá a ordem de fornecimento para o fornecedor;

7- o veículo ou máquina da Administração Municipal ou de órgão conveniado será conduzido até o estabelecimento do fornecedor, ocasião na qual será realizado o abastecimento dos veículos e máquinas, desde que o estabelecimento do fornecedor esteja localizado dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí/MG;

8- caso o estabelecimento do fornecedor esteja localizado fora dos limites geográficos do Município, ficarão por conta da contratada todas as despesas decorrentes do deslocamento dos veículos e das máquinas para que seja feito o abastecimento dos mesmos;

9- o contratado, ao fornecer o combustível, poderá ainda fazê-lo por meio de veículo equipado com tanque de abastecimento de veículos e máquinas, desde que a modalidade de abastecimento obedeça a todas as regras e parâmetros da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

10- Nos preços propostos deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento inclusive frete, quando for o caso.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS



São Brás do Suaçuí, _____ de _____ de 2022.

Chefe do Setor de Compras

P/Detentora

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 132/2022

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

CONTRATO Nº ____/2022

O MUNICÍPIO DE SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por sua Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 20.356.754/0001-96, sediada na Av. Doutor Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150, Centro, São Brás do Suaçuí/MG, CEP 35.495-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Geraldino Pacheco de Oliveira Filho, portador do documento de identidade nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, que atua no ramo de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, com sede na cidade de _____, estabelecida na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade/Estado _____, representada neste ato por seu sócio/procurador _____, portador do documento de identidade nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- Constitui objeto do presente contrato de fornecimento de combustíveis nas quantidades estimadas e pelos preços que seguem:

1.1.1- Referentes aos itens da:

Planilha 01 – Itens reservados a ME, EPP e MEI

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



Item	Quant.	Unidade	Descrição do Objeto	Marca	Preço unitário do item (R\$)	Preço total do item (R\$)
1.						
2.						
3.						
4.						

1.1.2- Referente aos itens da:

Planilha 02 – Itens destinados à ampla participação						
Item	Quant.	Unidade	Descrição do Objeto	Marca	Preço unitário do item (R\$)	Preço total do item (R\$)
1.						
2.						
3.						
4.						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1- O presente contrato será executado de forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

3.1- O presente contrato é decorrente do Procedimento Licitatório nº 132/2022, da modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022 ao qual se encontra vinculado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SUBSÍDIOS PARA INTERPRETAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



4.1- Aplica-se na interpretação do presente contrato as disposições do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022 e as disposições contidas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações sobre qualquer outra norma, aplicando-se ainda, em caso de omissão no Edital e na Lei Nacional de Licitações as disposições contidas nas normas que regem os contratos públicos e em última instância, as disposições constantes do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1- O valor global do presente contrato é R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA MANUTENÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1. - Os pagamentos serão realizados no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal referente à quinzena imediatamente anterior e mediante documento fiscal.

6.1.1 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.

6.1.2- No momento do pagamento, serão feitas as retenções impostas pela legislação vigente, quando for o caso.

6.1.3- Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

6.1.3.1- na Tesouraria da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Dr. Aprígio Ribeiro de Oliveira, nº 150 – 2º pavimento – Centro, de segunda a sexta feira, exceto feriados, no horário de 8:00 às 11:00 e de 12:30 às 16:00 horas;

6.1.3.2- mediante crédito em conta bancária indicada pela licitante adjudicatária desde que no Banco do Brasil S.A;

6.1.3.3- mediante emissão de boleto por parte da credora/contratada e encaminhado à Prefeitura Municipal para pagamento.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



6.1.4- Constatadas irregularidades no fornecimento, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.1.5- Por ocasião do pagamento, deverá a contratada apresentar, em cada ato, as Certidões Negativas referentes ao INSS, ao FGTS e a Justiça do Trabalho (CNDT), sendo que a não apresentação implicará na retenção do pagamento até que seja regularizada a situação da empresa perante os órgãos competentes.

6.1.6- As faturas pagas com atraso sofrerão correção monetária de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, a partir do trigésimo dia de atraso.

6.1.7- Conforme o art. 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93, os valores do contrato a ser firmado poderão estar sujeitos à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que presentes as condições legais para tanto, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual, de acordo com o aumento dos mesmos, a ser comprovado por meio de planilhas de custos do item a ser revisado, comprovado por documentos que possibilitem reconhecimento do aumento, sendo que, para todos os efeitos legais, deverá ser formalizado um termo aditivo ao respectivo contrato no qual se atualizará os referidos valores.

6.1.8- A manutenção do equilíbrio econômico e financeiro se dará da seguinte forma:

6.1.8.1- a solicitação de revisão de preços deverá ser justificada e acompanhada de documentos e memória de cálculos que comprovem a necessidade de revisão;

6.1.8.2- não sendo aceito o pedido de revisão de preços, manter-se-á o valor da proposta ou o último revisado;

6.1.8.3- a revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no átrio da Prefeitura;

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



6.1.8.4- o pedido de revisão, enquanto não deferido, não isenta a contratada de dar continuidade às entregas nas condições anteriores;

6.1.8.5- o pedido de revisão será deliberado pelo Prefeito Municipal;

6.1.8.6- o percentual diferencial entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento desta licitação e os prepostos pela contratada não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste contrato.

6.1.8.7- o preço encontrado após o estudo da viabilidade do equilíbrio deve ser compatível com os preços de mercado, o que se apurará pela média aritmética simples dos valores encontrados no mercado local, regional, nacional ou internacional, se for o caso;

6.1.8.8- O teto do valor a ser pago será sempre o menor obtido entre o valor requerido para a manutenção do equilíbrio econômico e a média aritmética simples encontrado, visando obter sempre o valor mais vantajoso para a Administração.

6.2- DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.2.1- Em caso de renovação do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, a cada doze meses, contados da data de sua assinatura, utilizando-se, para o reajuste, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituir este Índice na vigência do contrato, devendo, para todos os efeitos legais, ser formalizado por meio de um Termo Aditivo ao respectivo contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1- Os valores serão desembolsados quinzenalmente, de acordo com a disponibilidade financeira do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



8.1- Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e findará em 31 de dezembro de 2022, podendo ter o seu prazo prorrogado, por meio de termos aditivos, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93, com base nos preços, quantitativos descritos na Ata de Registro de Preços respectiva.

CLÁUSULA NONA - DOS PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1- O Chefe de Compras do contratante, durante a vigência deste contrato, expedirá as ordens de fornecimento, que serão entregues à contratada, obedecidas as disposições do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022.

9.2- As ordens de compras são os documentos hábeis para aperfeiçoar o presente contrato e conterão:

- a) as especificações dos materiais;
- b) o prazo de entrega dos materiais;
- c) o valor unitário do item e total do item a ser pago em decorrência do fornecimento
- d) o prazo de pagamento, contado da data do recebimento definitivo dos materiais.

9.3- Não será admitido o fornecimento pela contratada sem prévia emissão de ordem de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS PARA RETIRADA DE DOCUMENTOS, DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO E DOS PRAZOS PARA RETIRADA DE DOCUMENTOS:

10.1- O Setor de Compras do CONTRATANTE, durante a vigência do contrato a ser firmado, expedirá a Autorização de Fornecimento que, depois de emitida, será entregue à CONTRATADA para o fornecimento, obedecidas as disposições no edital do Pregão Presencial 41/2022 e seus Anexos.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



10.2- A Nota de Empenho e a Autorização de Compras são os documentos hábeis para aperfeiçoar o CONTRATO e conterão:

- a) as especificações dos materiais;
- b) o prazo de fornecimento dos materiais;
- c) o valor total a ser pago pelos materiais;
- d) o prazo de pagamento.

10.3- Não será admitido o fornecimento pela CONTRATADA sem prévia emissão da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento.

10.4- A CONTRATADA terá os seguintes prazos:

I – 02 (dois) dias úteis para retirada da Nota de Empenho e da respectivo Fornecimento, contadas da assinatura do respectivo contrato;

II – a partir de então, fica a Contratada responsável pela realização de todas as providências necessárias para o fornecimento dos combustíveis, em conformidade com as especificações e condições do **Anexo IX** deste Edital e da respectiva Autorização de Fornecimento;

10.5- O abastecimento dos veículos deverá ser feito dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí a fim de se evitar deslocamentos desnecessários dos veículos e diante da impossibilidade de trânsito de máquinas pesadas nas rodovias, acarretando, com isso, custos à Administração e demora na prestação de serviços de transporte.

10.6- A Contratada, ao fornecer os combustíveis à Administração Municipal, deverá obedecer a todas as normas que regem o seu fornecimento e fazê-lo em conformidade com as orientações da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

10.7- O abastecimento deverá ser feito no momento em que os veículos necessitarem do abastecimento e nas quantidades necessárias conforme demanda apontada pelo Setor de Transportes.



10.8- O procedimento para fornecimento dos combustíveis será feito na forma seguinte:

10.9- a Prefeitura Municipal expedirá a ordem de compra para o fornecedor;

10.10- o veículo ou máquina da Administração Municipal ou do órgão conveniado será conduzido até o estabelecimento do fornecedor, ocasião na qual será feito o abastecimento do (a) mesmo (a), desde que o estabelecimento do fornecedor esteja localizado dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí/MG.

10.11- caso o estabelecimento do fornecedor esteja localizado fora dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí/MG, ficarão por conta da contratada todas as despesas decorrentes do deslocamento dos veículos e máquinas para que seja feito o abastecimento dos mesmos;

10.12- o contratado, ao fornecer o combustível, poderá ainda fazê-lo por meio de veículo equipado com tanque de abastecimento de veículos e máquinas, desde que a modalidade de abastecimento obedeça a todas as regras e parâmetros da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

10.13 - Nos preços propostos deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento inclusive frete, quando for o caso.

20- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

20.1- Os materiais serão provisoriamente recebidos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento, pelo responsável do Setor de Controle de Estoque da Prefeitura ou por servidor responsável da Secretaria ou Setor requerente ou por outro servidor responsável.

20.2- Por ocasião da entrega dos materiais, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

20.3- Constatadas irregularidades nos materiais, a Administração poderá:



a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

20.4- Nas hipóteses de substituição ou complementação, a Contratada deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.

20.5- O recebimento definitivo dos materiais dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos materiais recebidos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E DO LOCAL DO FORNECIMENTO

11.1- O Setor de Compras do Contratante, durante a vigência do contrato a ser firmado, expedirá a Ordem de fornecimento que, depois de emitida, será encaminhada à Contratada para O fornecimento dos materiais obedecidas as disposições deste contrato, e subsidiariamente, do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 41/2022 e seus Anexos.

11.2 - Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues nos prazos estipulados na cláusula décima deste contrato, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento nos locais indicados pelo Contratante, correndo por conta da Contratada as despesas decorrentes do fornecimento.

11.3- Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser fornecidos de acordo com as especificações contidas no objeto contratual e neste contrato;



11.4- A entrega dos materiais deverá ser mediante expedição da Ordem de Fornecimento a ser encaminhada pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal, ficando vedada o fornecimento quando a Ordem de Compra se der por servidor que não faça parte do Setor de Compras.

11.5- Os materiais serão fornecidos sob responsabilidade exclusiva da Contratada, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam as suas atividades.

11.6- O fornecimento dos materiais deverá ser de acordo com as condições e conforme o prazo e local constantes da respectiva Ordem de Compra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1- Constituem obrigações da Contratante:

I- efetuar os pagamentos avençados nas datas e valores previstos neste contrato;

II- acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento contrato de fornecimento;

III- notificar, por escrito, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção.

12.2- Constituem obrigações da Contratada:

I - atender, no prazo fixado, às convocações para retirada da ordem de compra;

II – fornecer de acordo com as especificações contidas na ordem de compra;

III - respeitar os prazos de entrega estabelecidos neste contrato;

IV – substituir, no prazo fixado, os materiais fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades;



V – manter, durante a vigência deste contrato, os preços propostos;

VI - manter, na vigência deste contrato, as mesmas condições em que se encontrava perante a Previdência Social, ao FGTS e a Justiça do Trabalho no momento da sua contratação, sob a pena de ter os seus pagamentos retidos até que cumpra esta obrigação;

VII - comunicar ao contratante as alterações que possam interferir nos seus dados cadastrais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento pela contratada caracterizará a inadimplência, sujeitando-a às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa, nos seguintes percentuais: parei aqui

a) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor da ordem de compra, por ocorrência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de compra, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste contrato;

III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme o disposto na Lei 8.666/93;

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Contratante, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.2- As penalidades serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, de ofício ou mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

13.3- Na aplicação das penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade, que também são de competência do Prefeito, é facultada a defesa da contratada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

13.4- Na aplicação das penalidades previstas no subitem 13.1.II será facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da sua notificação.

13.5- As multas são excludentes e independentes e não eximem a contratada do pleno fornecimento dos materiais, ora contratado.

13.6- O valor das multas aplicadas será deduzido do crédito que a contratada possuir junto ao contratante, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

14.2- Constituem motivos para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

II- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

III- a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;



IV- o atraso injustificado no início do fornecimento;

V- a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI- a cessão ou transferência total do contrato;

VII- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei 8.666 de 1993;

IX- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X- a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII- a supressão, por parte da Administração, de serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666 de 1993;

XIV- a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI- a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como nas fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVIII- o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666 de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.4- A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.



15.5- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1- As despesas decorrentes deste certame correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias e Fontes constantes da Lei Orçamentária nº 1.315 de 24 de novembro de 2021:

02.001.000.04.122.0202.2.001 – Manutenção do Gabinete do Prefeito;
02.004.001.20.606.0221.2.053 – Manutenção das Atividades Agropecuárias;
02.004.002.17.512.0227.1.050 – Manutenção do Saneamento Básico Urbano;
02.004.002.18.541.0222.2.059 – Manutenção, Recuperação e Proteção Ambiental;
02.004.002.18.541.0222.2.082 – Implement. Coletiva Seletiva Resíduos Sólidos;
02.005.000.04.122.0201.2.009 – Manutenção das Atividades Administrativas;
02.005.000.04.122.0201.0.006 – Convênio com a Polícia Civil;
02.005.000.04.122.0201.0.007 – Convênio com a Polícia Militar;
02.006.002.27.812.0205.2.024 – Manutenção do Desporto, Lazer e Turismo;
02.007.002.12.361.0211.2.028 – Manutenção do Ensino Fundamental;
02.007.002.12.361.0207.2.030 – Manutenção Transp. Escolar – Ens. Fundamental;
02.007.001.12.365.0207.2.111 – Manutenção do Transporte Escolar – Creche;
02.007.001.12.365.0207.2.034 – Manutenção do Transporte Escolar Infantil;
02.008.001.10.301.0213.2.040 – Manutenção das Atividades Básicas de Saúde;
02.008.001.10.301.0214.2.043 – Manutenção do Programa Saúde da Família;
02.009.001.08.244.0230.2.073 – Manut Sec. Munic. Assist. Desenvolvimento Social;
02.009.002.14.243.0231.2.100 – Manutenção do Conselho Tutelar;
02.010.001.15.452.0224.2.066 – Manut, Limpeza e Conservação de Vias Públicas;
02.010.001.04.122.0201.2.062 – Man Setor Administrativo Secretaria de Obras;
02.010.002.26.782.0228.2.070 – Manutenção das Estradas Vicinais.
Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



16.1- A contratante terá o prazo legal para promover a publicidade do presente contrato após a sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1- A Prefeitura Municipal reserva-se ao direito de reduzir ou de acrescentar a qualquer tempo o quantitativo específico dos materiais a fim de melhor adaptá-lo às necessidades que surgirem.

17.2- A contratada se obriga a aceitar os acréscimos e supressões previstas no artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1- A contratada fica obrigada, durante a vigência deste contrato, a atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo a procrastinação do fornecimento, a que título for, salvo casos fortuitos ou de força maior que independam da sua vontade.

18.2- As quantidades indicadas no objeto contratual são estimadas e servem como mera referência, podendo o contratante aumentá-las ou diminuí-las de acordo com suas necessidades.

18.3- A recusa da contratada em retirar a nota de empenho e a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido na cláusula décima caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas no subitem 13.1.II, “c” deste contrato.

18.4- É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contratado.

18.5- A tolerância do contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da contratada não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



19.1- As partes elegem o Foro da Comarca de Entre Rios de Minas - MG para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem justos e contratados as partes assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o assinam, para que produza todos os efeitos legais.

São Brás do Suaçuí, ____ de ____ de 2022.

Geraldino Pacheco de Oliveira Filho
Prefeito Municipal

Representante legal da Contratada
Nome da Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2022

TERMO DE REFERÊNCIA

(Descrição do objeto)

(Planilha 01 – Exclusivo para participação de ME, EPP e MEI)

Item	Quant.	Unidade	Descrição
1	5.125	Litro	Etanol
2	29.875	Litro	Gasolina comum
3	18.250	Litro	Óleo diesel comum
4	32.500	Litro	Óleo diesel S 10

(Planilha 02 – Ampla concorrência)

Item	Quant.	Unidade	Descrição
1	15.375	Litro	Etanol
2	89.625	Litro	Gasolina comum
3	54.750	Litro	Óleo diesel comum
4	97.500	Litro	Óleo diesel S 10

Condições de Fornecimento

1- Os quantitativos acima descritos estão estimados para 01 (um) ano.

2- O fornecimento de combustíveis somente será fornecido mediante autorização expressa do Chefe de Compras ou do Chefe do Setor de Transportes, sendo vedado o abastecimento dos veículos sem essa autorização expressa.

3- O abastecimento dos veículos deverá ser feito dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí, a fim de se evitar deslocamentos desnecessários dos veículos e diante da impossibilidade de trânsito de máquinas pesadas nas rodovias, acarretando, com isso, custos à Administração e demora na prestação do serviço de transporte.

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



4- A Contratada, ao fornecer os combustíveis à Administração Municipal, deverá obedecer a todas as normas que regem o seu fornecimento e fazê-lo em conformidade com as orientações da ANP – Agência Nacional de Petróleo.

5- O abastecimento deverá ser feito no momento em que os veículos necessitarem do abastecimento e nas quantidades necessárias conforme demanda apontada pelo Setor de Transportes.

6- O procedimento para o fornecimento de combustíveis será o seguinte:

7- a Prefeitura Municipal expedirá a ordem de fornecimento para o fornecedor;

8- o veículo ou máquina da Administração Municipal ou do órgão conveniado será conduzido até o estabelecimento do fornecedor e fará o abastecimento dos veículos e máquinas, desde que o estabelecimento do fornecedor esteja localizado dentro dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí/MG;

9- caso o estabelecimento do fornecedor esteja localizado fora dos limites geográficos do Município de São Brás do Suaçuí/MG, ficará por conta da contratada todas as despesas decorrentes do deslocamento dos veículos e máquinas para que seja feito o abastecimento dos mesmos;

10- o contratado, ao fornecer o combustível, poderá ainda fazê-lo por meio de veículo equipado com tanque de abastecimento de veículos e máquinas, desde que a modalidade de abastecimento obedeça a todas as regras e parâmetros da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

11- Nos preços propostos deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento inclusive frete, quando for o caso.

São Brás do Suaçuí, 12 de agosto de 2022.

Geraldino Pacheco de Oliveira Filho
Prefeito Municipal

APROVADO
ART. 38, § ÚNICO DA LEI 8.666/93

CRISTINA DE SOUZA HONORATO MATOS
ASSESSORA JURÍDICA - OAB-MG 182.711

SÉRGIO BRÁS CORRÊA DE SOUZA
PROCURADOR GERAL - OAB-MG 65.133

GERALDINO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL